



ATA N.º 11/2018

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2018
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 27 DE NOVEMBRO DE 2018

-----No dia 27 de novembro de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de novembro de 2018 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 26 de novembro de 2018 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2019;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar no ano de 2019;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação das propostas das Grandes Opções do Plano e de Orçamento para 2019;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de criação do Serviço de Polícia Municipal de Lagos;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Lagos;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de ratificação da adesão do Município de Lagos à Associação de Município Portugueses do Vinho;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a aquisição de Serviços de vigilância humana para o Edifício Paços do Concelho Séc. XXI;*
- PONTO 11 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a fornecimento continuado de combustíveis rodoviários, em sistema de Cartão Frota;*
- PONTO 12 - *Apreciação e votação da proposta de Acordo de Geminação entre o Município de Lagos e o Município de El Jadida (Reino de Marrocos).*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 44 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença



Fl. 127v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Luísa Silva Santos Pereira
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Morais
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Emídio Jacinto Grilo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicados:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva



PAN

Margarida Maurício Correia

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel Gaspar de Oliveira - Vereador

----- **TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25/08, foram convocados, para estarem presentes na 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de novembro de 2018, para tomar posse como Membros efetivos do Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos: **MARIA JOAQUINA BAPTISTA QUINTANS DE MATOS** - Presidente da Câmara Municipal de Lagos; **PAULO JORGE CORREIA DOS REIS** - Vereador da Câmara Municipal de Lagos; **PAULO JOSÉ DIAS MORGADO** - Presidente da Assembleia Municipal de Lagos; **CARLOS MANUEL MARTINS DA SAÚDE FERNANDES** - Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos; **CARLOS MANUEL PEREIRA FONSECA** - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere; **DUARTE NUNO EVANGELISTA LOPES RIO** - Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João; **JOÃO FERNANDO ROSADO REIS** - Presidente da Junta de Freguesia da Luz; **HÉLDER MANUEL GONÇALVES BARREIRA** - Comandante do Posto Territorial de Lagos da GNR; **PEDRO MIGUEL MELO SILVA LEAL** - Comandante da Esquadra da PSP de Lagos; **DAVIDE GOMES** - Departamento de Investigação Criminal de Portimão da Polícia Judiciária; **BÁSILIO DO CARMO CANDEIAS** - Serviços de Proteção Civil; **MÁRCIO ALEXANDRE ALVES REGINO** - Bombeiros Voluntários de Lagos; **ROGÉRIO PAULO VARATOJO GONÇALVES** - Delegação Regional de Portimão do SEF; **EDUARDA OLIVEIRA** - Instituto de Emprego e Formação Profissional; **MARIA DE FÁTIMA ANTÃO DUARTE DOS SANTOS** - Instituto da Segurança Social - Serviço Local de Lagos; **JOSÉ AUGUSTO LOPES** - Agrupamento de Escolas Júlio Dantas; **TELMA MARIA FERNANDES** - Agrupamento de Escolas Gil Eanes; **SANDRA CAIXEIRINHO** - Administração Regional de Saúde do Algarve; **ANA PAULA PEREIRA VIANA** - Cidadã designada pela Assembleia Municipal; **EMÍDIO JACINTO GRILLO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **HÉLIO SANTOS GONÇALVES** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOÃO CARLOS DA SILVA LOPES BARROSO** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA**



Fl. 128v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

NOBRE - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **JOSÉ MANUEL DA SILVA JÁCOME** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **LUÍS MANUEL GASPAR OLIVEIRA** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **LUÍS MIGUEL DA SILVA ABRUNHOSA PEREIRA** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal e **PAULO ALEXANDRE DA SILVA CABRITA GRADE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Não compareceram os cidadãos: **JOÃO PEDRO SILVA ALVES** - Representante do Ministério Público da Comarca de Lagos; **LUÍS FILIPE DA CONCEIÇÃO DUARTE** - Comandante Local da Polícia Marítima de Lagos; **PEDRO MIGUEL DOS SANTOS VIEIRA** - UGT; **ALEXANDRE MIGUEL ALVES CHITO PEREIRA** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal; **DAVID EDUARDO VICENTE ROQUE** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal e **NUNO FILIPE CARREIRO FERREIRA SERAFIM** - Cidadão designado pela Assembleia Municipal.-----

-----Para dar cumprimento ao n.º 1 do Artigo 4.º (Composição) do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, faltam as seguintes entidades indicarem os seus representantes: CAT - Centro de Apoio a Toxicodependentes; ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve; CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses e ASEMBA - Associação Empresarial do Barlavento Vicentino.-----

-----Verificada a conformidade formal os cidadãos procederam à assinatura dos respetivos autos de posse, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-610-6, ficando assim investidos nas suas funções.----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

-----O Sr. Município António Santos, referindo-se à Academia de Música de Lagos, disse que esta instituição tem feito muito pela música, mas, infelizmente, estava a ser falada pelos piores motivos, tendo considerado como o principal culpado de tal situação, o Sr. José Viegas Gonçalves. Referiu que o senhor em causa, acusa a Câmara Municipal por falta de apoio, sendo que considera essa acusação como falsa, assim como acusa o sindicato dos músicos. Disse que a Academia de Música de Lagos tem recebido muitos subsídios por parte do Estado e da Câmara Municipal de Lagos, mas o facto é que não tem dinheiro, havendo ordenados em atraso. Referiu que muitos são os problemas da Academia de Música de Lagos, mas os culpados dos mesmos, são todos menos o Sr. José Viegas Gonçalves, como o próprio refere. Disse que a solução passa pela saída do Sr. José Viegas Gonçalves da direção da Academia de Música de Lagos. Referiu que o senhor em causa, está a fazer muito mal à cidade de Lagos. Apelou à Sra. Presidente da Câmara municipal que, dentro do possível, esclarecesse o que se passava com a Academia de Música de Lagos, uma vez que a mesma é uma instituição muito importante de Lagos. Terminou apelando a todos para que diligenciassem no sentido do Sr. José Viegas Gonçalves sair da Academia de Música de Lagos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2019:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos



termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-610-8.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto. Aproveitou a ocasião para informar que a Câmara Municipal tinha tomado posição pública, relativamente à situação da Academia de Música de Lagos, ao constituir-se assistente num processo que corre no Tribunal de Faro contra a Academia de Música de Lagos.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: O Município de Lagos propôs uma participação de 4,5 % no Imposto Sobre O Rendimento de Pessoas Singulares, abdicando assim a favor dos titulares destes rendimentos de 0,5% a aplicar em 2019. Não existe conhecimento específico de quem beneficia desta percentagem de que o município abdica. Não existe avaliação da mais-valia desta decisão, em especial para os munícipes com rendimentos mais baixos. Entendem os Eleitos da CDU que deve ser promovido um estudo que demonstre os reais efeitos desta decisão, para que possam depois ser avaliados e ponderados na elaboração de futuras propostas nesta matéria. Nestes termos os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de novembro de 2018 delibere recomendar à Câmara Municipal: - A realização de um estudo pelos serviços do município sobre quais as mais-valias resultantes da aprovação da participação de 4,5 % no Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, abdicando assim a favor dos titulares destes rendimentos de 0,5%, em especial para os munícipes com menor rendimento.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Considerando que: - O concelho de Lagos é um dos municípios a nível nacional com uma das maiores capitações de impostos per capita; - O concelho de Lagos, tem uma forte componente sazonal na área do emprego e da atividade empresarial; - Existe um número elevado de famílias para quem o pagamento do IRS representa mais uma dificuldade face aos valores em que o mesmo se situa, devendo considerar-se também outros impostos, taxas e preços, (destinados ou pagos) à Câmara Municipal de Lagos, os quais, também são praticados por alto quando comparados com outros municípios; - A inexistência de pagamentos em atraso por parte do Município de Lagos; - A média de participação no IRS dos municípios do Algarve é de 3,28%, conforme se pode observar:

Município	Participação	
	2017	2018
Albufeira	0,00%	0,00%
Alcoutim	0,00%	0,00%
Aljezur	2,50%	2,50%
Castro Marim	5,00%	0,00%
Faro	5,00%	5,00%
Lagoa	3,00%	3,00%
Lagos	5,00%	4,50%
Loulé	2,50%	0,00%



Fl. 129v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Monchique	2,50%	2,50%
Olhão	5,00%	5,00%
Portimão	5,00%	5,00%
S. Brás do Alportel	5,00%	5,00%
Silves	5,00%	5,00%
Tavira	5,00%	5,00%
Vila do Bispo	0,00%	5,00%
Vila Real Sto. António	5,00%	5,00%
Média	3,47%	3,28%

Fonte: portaldasfinancas.gov.pt

- Os Municípios do Algarve reduziram a participação no IRS de uma média de 3,47%, em 2017, para uma média de 3,28%, em 2018; - O Município de Lagos concorre em termos turísticos com outros municípios algarvios como Albufeira, Lagoa ou Loulé, que praticam uma taxa menor que a taxa praticada no concelho de Lagos; - No período anterior à Câmara Municipal de Lagos ter entrado em desequilíbrio financeiro e ter aderido ao PAEL, entretanto encerrado, a taxa praticada pelo município de Lagos era de 3%; - As GOP preveem como opção estratégica baixar gradualmente as taxas existentes. O Grupo da Assembleia Municipal de Lagos do PSD propõe: - A fixação de uma taxa máxima de participação no IRS de 3,5%.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “Considerando que: 1 - A carga fiscal de 2017 divulgado em Maio deste Ano pelo INE, confirma que a receita dos impostos e das contribuições sociais efetivas atingiu 67 mil milhões de euros, crescendo 5,3% em termos nominais, mais do que o Produto Interno Bruto (PIB), que subiu 4,1%. Em consequência, em percentagem do PIB, a carga fiscal aumentou 0,4 pontos percentuais, fixando-se em 34,7%, o valor mais elevado desde 1995, o primeiro ano da série do INE. Muito provavelmente a receita fiscal em 2018 irá ainda subir mais do que os valores apresentados pelo INE em 2017 (Fonte do INE); 2 - Sem dinheiro não existem “milagres” de redução de dívidas e de equilíbrios orçamentais, mas são sempre os mesmos a arcar com o pagamento das faturas, que como sabemos são as famílias e as empresas, ou seja somos todos nós; 3 - Face à excecional arrecadação de impostos verificada nos últimos anos, quer a nível nacional, quer a nível local, implica que por um lado os cidadãos Lacobrigenses pagam cada vez mais impostos e por outro lado também a nossa Autarquia tem arrecadado cada vez mais impostos, como são bons exemplos os montantes elevados cobrados no IMT e no IMI; 4 - Assim, julgamos que a Câmara Municipal tem folga suficiente para baixar o imposto sobre o IRS às famílias Lacobrigenses para o ano de 2019, já bastante sobrecarregadas com despesas e com impostos nacionais e locais. Propomos que seja votado pelos Exmos. Membros da Assembleia Municipal o seguinte: 1 - Que a participação variável no IRS no ano de 2019, passe de 4,5% para 3,5%.”-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a informação dada pela Sra. Presidente, relativamente à situação financeira da autarquia, é de que a mesma é equilibrada,



tendo a Câmara Municipal superávits, prevendo as Grandes Opções do Plano, o desagravamento fiscal progressivo, no entanto o IMI e a Derrama mantiveram-se, o que faz com que tal desagravamento não se verifique. Referiu-se à taxa de poupança dos portugueses que está a diminuir e à conversa, a nível do Governo, relativamente ao desagravamento de impostos diretos, que não se verifica, criando ainda impostos indiretos. Disse que numa altura de crise a Câmara Municipal foi obrigada a aumentar os impostos municipais, sendo que, apesar da boa situação financeira atual, os impostos municipais mantêm-se, parecendo que alguns dos mesmos se irão manter eternamente, quando podem ser suprimidos. Referiu que a Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal a presente proposta sem dar uma justificação cabal. Disse que na teoria o atual Executivo camarário defende uma coisa e na prática faz uma coisa totalmente diferente. Anunciou que o Grupo Municipal do CDS iria votar contra a proposta da Câmara Municipal, por causa da manutenção, não justificada, de tal taxa e ainda pelo facto de a mesma não ser desagravada. Referiu ainda que só por pudor é que a Câmara Municipal não coloca a taxa no seu valor máximo que é de 5%.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, representa uma quebra de receita a arrecadar pela Câmara Municipal, a rondar os 233 mil euros, no entanto para as famílias é uma grande ajuda. Referiu que a Câmara Municipal fala em baixa progressiva dos impostos e taxas Municipais, mas tal não se verifica na prática.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU não é em alternativa à Proposta da Câmara Municipal, uma vez que o mesmo está relacionado com a dificuldade verificada relativamente ao facto de se saber que impacto tem esta taxa junto das famílias. Referiu que o PCP há muito que defende que esta taxa deveria ser nacional para evitar discriminação entre os diversos Municípios do País.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que o índice de poupança das famílias, está na percentagem mais baixa dos últimos 20 anos, pelo que a atenção tem que recair sobre as famílias. Lembrou que as famílias não têm só a Câmara Municipal a cobrar-lhes impostos, uma vez que muito mais têm que pagar, pelo que são sobrecarregadas com diversas contas a pagar. Em nome do Grupo Municipal LCF apelou à coerência, por parte da Câmara Municipal, no sentido de cumprirem o que escreveram nas Grandes Opções do Plano.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que todos pretendem baixar impostos, sendo esse pedido fácil de ser feito quando o mesmo parte da oposição, no entanto ao se baixar os impostos o investimento não pode ser aquele que todos desejam, inclusive a oposição. Terminou dizendo que o Grupo Municipal do PS não se iria opor à proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Emídio Grilo (PSD) disse que tanto a nível Central como Local, ouve-se falar em progressiva diminuição de impostos, mas o que na prática se verifica não é nada do que é anunciado.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo) disse que a Câmara Municipal não está a aumentar impostos, uma vez que mantém



Fl. 130v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

todos com as taxas para 2019 que foram aprovadas para o ano de 2018.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a taxa de IMI foi mantida para 2018, mas a receita arrecadada aumentou porque o Orçamento do Estado aumentou a base tributável sobre a qual incidia a taxa, logo as famílias pagaram mais IMI. Ainda sobre a taxa de IRS disse que o valor da mesma antes da Câmara ficar falida por má gestão do PS, era de 3%, pelo que a mesma deveria ser reposta, uma vez que a situação financeira da Câmara Municipal está equilibrada.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que se a Câmara Municipal não conseguir arrecadar receitas através dos impostos municipais, não consegue fazer face às necessidades dos munícipes. Referiu que a oposição exige à Câmara Municipal que baixe impostos e ao mesmo tempo exige que invista.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que os limites das taxas do IRS não vão ser mexidos pelo que, e de acordo com a inflação, vai ser pago mais IRS, logo verifica-se um aumento do imposto. Referiu que a baixa desta comparticipação pode incentivar ao aumento da taxa de natalidade.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PS diz que é necessário arrecadar receitas, pelo que perguntou o porquê de dizerem nas Grandes Opções do Plano que vão diminuir os impostos municipais.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que a única fonte de receita da Autarquia não são os impostos municipais. Referiu que os impostos mais não são que o confisco do rendimento proveniente do trabalho das pessoas para suprir necessidades públicas. Disse que estando as necessidades equilibradas e havendo superávit as taxas devem ser reduzidas, fazendo-se assim uma boa gestão, como tem estado a ser feita pelo atual Executivo camarário, ao qual deu os parabéns por tal, uma vez que conseguiu emendar erros cometidos por anteriores executivos camarários do PS.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a oposição critica a Câmara Municipal por esta não fazer obras estruturantes e por não prevenir maus tempos que possam voltar a vir, relativamente uma crise financeira, mas estão anunciados investimentos estruturantes e é em tempos mais desafogados que se tem que amealhar para fazer face a futuras dificuldades. Referiu que a Câmara tem estado a ser bem gerida e o Grupo Municipal do PS dará todo o apoio à Câmara Municipal no sentido da continuidade dessa boa gestão.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que as necessidades dos cidadãos vão muito para além da descida dos impostos e essas estão espelhadas nos documentos que irão ser apreciados nesta Sessão referentes ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. Referiu de que o facto de serem mantidos os impostos municipais isso vai tornar o Município de Lagos pior do que outros, antes pelo contrário.-----

-----O Sr. Emídio Grilo (PSD) disse que é melhor assumir que não vai haver diminuição de impostos, do que escrever nas Grandes Opções do Plano e Orçamento e não se verificar tal diminuição.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que as Grandes Opções do Plano e Orçamento deveriam dizer, em vez de diminuição de impostos, manutenção dos impostos.-----



-----O Sr. José Jácome (PS) (2.º Secretário) disse que citar estatísticas fora de um contexto é fácil, mas não leva a nada, é mero populismo. Referiu que a arrecadação de receitas aumentou, mas isso deve-se a diversos fatores, como por exemplo, o regresso ao País de muitos portugueses, o aumento de cidadãos estrangeiros a residir em Portugal, de desempregados que o deixaram de ser, etc..-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que populismo é dizer que se vai baixar impostos e depois não se praticar tal anúncio. Referiu que o dia de libertação dos impostos verifica-se cada vez mais tarde, o que significa que a carga fiscal, em média por cada português, é cada vez maior, sendo que o máximo foi verificado no presente ano de 2018. Disse que o dinheiro é das pessoas e não do Estado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que todos reconhecem a boa situação financeira da Câmara Municipal. Referiu que em 2013, quando assumiu pela primeira vez a presidência da Câmara Municipal, a taxa de IMI era de 4%, sendo que a mesma tem vindo a diminuir à medida que a situação financeira do Município melhora. Referiu que a posição da Câmara Municipal é de compromisso relativamente aquilo que prometeu à população, aquilo que tem que ser feito em Lagos e aquilo que está por vir com as transferências de competência do Estado Central para as Autarquias, mantendo o rigor das contas públicas. Disse que seria do interesse de todos baixar os impostos municipais para os mínimos, mas não existem condições para tal e a cautela e a prudência, aconselha a manutenção das taxas para 2019, com a ideia de as poder reduzir logo que possível.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que todos ficavam muito satisfeito se o Município pudesse ser gerido com receitas provenientes dos impostos municipais, cobrados com as taxas mínimas, mas tal não é viável. Referiu que desde 2013 que há tentativas, por parte da Câmara Municipal, em desagrar os impostos municipais e isso tem vindo a verificar-se paulatinamente. Referiu que existem investimentos que são necessários realizar para que o Município mantenha os índices de procura. Lembrou que os valores relacionados com a fatura da água, foram reduzidos em 10%. Referiu que o Plano de Investimentos é plurianual, ou seja, não é só para o próximo ano, mas sim para os seguintes, pelo que tem cabimento a informação dada relativamente à redução de impostos. Relativamente à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, disse que o estudo proposto realizar será muito difícil de concretizar, uma vez que todos os dados estão na posse do Serviço de Finanças e os mesmos muito dificilmente os cedem. Disse que esta taxa incide sobre quem paga IRS.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que as Grandes Opções do Plano têm que ser vistas para além do espaço temporal de um ano civil. Referiu que as receitas provenientes dos impostos municipais, em 2018, subiram, embora as taxas não tenham aumentado, por culpa do Orçamento de Estado. Referindo-se à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, disse que é sabido que só cerca de 50% das famílias, em Portugal, pagam IRS, sendo que 9% dessas famílias paga metade do “bolo”, sendo que por aqui se pode ter uma ideia de como será em Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que idêntica recomendação à



Fl. 131v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada e aprovada em Lisboa. Referiu que a desculpa dada para não baixarem impostos tem a haver com os investimentos necessários realizar, mas existem Câmaras que colocam as pessoas em primeiro lugar e por isso colocamos impostos municipais no mínimo, como é o caso da autarquia de Silves. Disse que o Programa Municipal de Habitação tem vindo a ser inúmeras vezes anunciado, mas ainda não foi apresentado, no entanto já estão a ser feitas contas a contar com o mesmo, ou seja, investimentos anunciados por diversas vezes vão-se arrastando no tempo, mas o mesmo não acontece com a arrecadação da receita para os mesmos.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que é muito bonito a Câmara dizer que o dinheiro vai ser preciso para este e aquele investimento, mas o certo é que não se vê uma única obra em concreto avançar, mesmo depois de diversas vezes anunciadas. Referiu que o que consta nas Grandes Opções do Plano, não passam de intenções de investimento.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	3	0	2	-	-	5
ABSTENÇÕES	0	2	0	1	0	-	-	3
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	-	-	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 100/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	1	0	-	-	6
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	-	-	2
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	-	-	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 101/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal LCF, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	1	0	-	-	6
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	-	-	2
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	-	-	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 102/AM/2018:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal LCF.--

-----Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL**



NO IRS NO ANO DE 2019, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	-	-	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	-	-	2
VOTOS CONTRA	0	2	3	1	0	-	-	6

-----**DELIBERAÇÃO N.º 103/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por maioria, a percentagem de participação variável no IRS para 2019 em 4,5%, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 24 de outubro de 2018.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 15 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 35 minutos.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2019:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-610-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), A APLICAR NO ANO DE 2019.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 104/AM/2018:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano de 2019, no valor de 0,25%, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 24 de outubro de 2018.-----
2018.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DE ORÇAMENTO PARA 2019:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-610-13.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD, no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, tinha feito catorze propostas de alteração, tendo a



Fl. 132v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Câmara Municipal aceite algumas na sua totalidade, outras parcialmente e outras não. Referiu que as principais questões das Grandes Opções do Plano com que o Grupo Municipal do PSD discorda tem a haver com os impostos municipais e com a criação da Polícia Municipal, no entanto como a Câmara Municipal aceitou bastantes propostas sugeridas pelo PSD, anunciou a abstenção do Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, acabam por ser generalista, prolongando-se no tempo, sendo a questão da construção de uma nova escola em Lagos, exemplo disso, sendo da opinião que as coisas deviam ser mais específicas e ser assumido um compromisso. Perguntou se estava previsto refazer, em 2019, os passeios de acesso à praia da Luz, assunto por diversas vezes abordado por si, nas Sessões da Assembleia Municipal realizadas em 2018. Referindo-se às Muralhas e às ruínas da Praia da Luz, questionou o que iria ser feito, em concreto, durante o ano de 2019. Disse estar previsto um investimento de cerca de 400 mil euros, nas rotundas do Concelho, sendo que 300 mil serão investidos em 2019 e 100 mil em 2020, no entanto esta verba poderia ser aplicada noutra situação se a Câmara Municipal de Lagos seguisse o exemplo da Câmara Municipal de Portimão, ao entregar as rotundas a privados com o intuito das mesmas serem embelezadas e conservadas por empresas, conforme sugerido pelo Grupo Municipal LCF no anterior mandato autárquico, sendo que no atual, o Grupo LCF já tinha enviado uma Proposta semelhante para a Câmara municipal, com o intuito da mesma ser apreciada e votada em Reunião de Câmara, mas até à data o assunto não foi levado a nenhuma Reunião do Órgão Executivo. Pelo que perguntou se tal Proposta não teria interesse para o Município. Perguntou se a Câmara Municipal estava disposta a receber Propostas da oposição com o intuito de contribuir para uma melhor gestão da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que uma grande preocupação da Câmara Municipal e de todos os Grupo Municipais, prendesse com as questões relacionadas com a habitação, estando isso refletido nas Grandes Opções do Plano, pelo que perguntou o que a Câmara Municipal propunha, em concreto, fazer nesta área.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que é importante os Grupos Municipais se pronunciarem junto de quem de direito, após tomarem conhecimento da proposta de Plano e Orçamento da Câmara Municipal. Referiu que o Grupo Municipal do PS se revia na Proposta apresentada pela Câmara Municipal, uma vez que na mesma estava espelhado praticamente todo o programa eleitoral do PS, sufragado nas últimas eleições autárquicas. Disse que o Plano e Orçamento vão muito mais além do embelezamento e conservação das rotundas do Concelho. Referiu que os documentos em apreciação são de fácil leitura e nada está encoberto, estando espelhado aquilo que a Câmara Municipal pretende realizar nos próximos anos.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que as Grandes Opções do Plano são para vários anos, só que não podem ser escritas sempre as mesmas coisas todos os anos, uma vez que há situações que devem começar a ser concretizadas, tendo dado o exemplo das ciclovias. Referindo-se concretamente ao que está mencionado nos documentos sobre a habitação, disse que o valor previsto gastar em 2019, ronda o



valor arrecadado pela Câmara Municipal nos últimos anos com a Derrama lançada para a reabilitação do parque habitacional municipal e que ronda um milhão e cem mil euros. Afirmou que as medidas mencionadas nos documentos, apesar de pouco concretizáveis, são todas muito válidas. Sobre a construção de uma nova escola em Lagos, manifestou satisfação por parecer já ter sido tomada a decisão sobre o local de construção da mesma, que será no espaço onde esteve a funcionar a Escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos, acrescentando que tal escola é muito necessária, uma vez que existem, em Lagos, muitas turmas com alunos a mais, o que inviabiliza uma série de situações que devem ser realizadas com os alunos dessas turmas.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que parece que a Câmara Municipal não está a dar passos no sentido de concretizar as Grandes Opções do Plano, que tem vindo a apresentar ao longo dos anos, dado que parece que cerca de oitenta por cento das Grandes Opções do Plano, são “copy/paste” dos anos anteriores. Perguntou que medidas concretas estavam previstas realizar no âmbito da limpeza urbana, em 2019, pela Câmara Municipal, uma vez que a mesma reconhece falhas a nível da fiscalização ambiental.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que, na sua ótica, os documentos em apreciação são de fácil leitura e de fácil interpretação. Referiu que genericamente todos os presentes concordam com as Grandes Opções do Plano, agora a forma como vai ser operacionalizado o conteúdo das mesmas é que demonstra divergências. Concretamente às escolas, disse que não pode ser feito tudo ao mesmo tempo e que existem prioridades, sendo que a Câmara considera que primeiro está o Parque Escolar da Luz e depois virá a construção da nova escola do segundo e terceiro ciclo do ensino básico, no entanto já estão a ser dados passos no sentido de concretizar a nova escola EB 2/3, segundo é referido nas Grandes Opções do Plano.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que uma das coisas que a presente Câmara Municipal tem feito é concretizar obra. Referiu que não se vê obra megalómanas, mas são realizadas obras necessárias para os lacobrigenses. Disse que a Câmara Municipal tem uma grande preocupação a nível ambiental, preocupando-se igualmente com a questão da sazonalidade. Referiu que a Câmara Municipal pretende construir um novo Arquivo Municipal, o que demonstra a preocupação com o passado e com a memória lacobrigense.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que está pela quadragésima segunda vez a votar um Orçamento da Câmara Municipal de Lagos, pelo que ontem quando afirmou que não existia um Arquivo Municipal relacionado com a memória dos lacobrigenses, sabia o que estava a dizer, e não é a intenção de construir um novo Arquivo Municipal, que muita falta faz, que vai colmatar a lacuna referente à memória lacobrigense. Referiu que a obra que era para ter sido realizada em 2018 na Biblioteca Municipal, está agora anunciada para 2019, só que muitas interrogações existem relativamente ao atual edifício da Biblioteca. Disse que quem prevê arrecadar 58 milhões de euros de receita num ano, tem que fazer mais, uma vez que a taxa de execução do Plano e Orçamento é muito baixa.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que algumas obras previstas para 2019, vêm de anos anteriores, mas não são em grande



Fl. 133v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

número, uma vez que a crise financeira não permitia projetar obras. Referiu que a obra da estrada da Praia da Luz já devia estar a ser realizada, no entanto muitos procedimentos têm sido necessários para poder avançar com a mesma, na prática, dado que em termos burocráticos a obra já está a avançar. Sobre os passeios de acesso à praia da Luz, disse que esta situação não deve estar discriminada nos documentos, mas está tomada em consideração. Relativamente a intervenções na Muralha, disse que as urgentes vão sendo realizadas, sendo que está a ser desenvolvido um projeto para uma intervenção de fundo nas Muralhas de Lagos. Sobre as ruínas romanas da Praia da Luz, disse que já tinha sido apresentado um projeto, estando a ser aberto um concurso para a obra. Referindo-se ao embelezamento e conservação das rotundas existentes do Concelho, disse que a Câmara Municipal entende que essa é uma competência sua. Disse que as propostas da oposição ajudam sempre a Câmara Municipal. Sobre a habitação a custos controlados disse que a Câmara está a desenvolver dois projetos de execução, um em Bensafrim e outro no Sargaçal, os quais devem avançar em 2019. Informou ainda que a Câmara Municipal tem estado em conversações com a Chesgal no sentido de adquirir um terreno para ser no mesmo desenvolvido um projeto para um conjunto maior de fogos e que existe um conjunto de particulares que estão a demonstrar intenção de construir habitações que possam minimizar as dificuldades de aquisição e arrendamento de habitação em Lagos. Ainda sobre a questão da habitação, disse que os Serviços da Câmara Municipal estavam a averiguar os terrenos municipais onde possam ser desenvolvidos projetos de autoconstrução ou de construção de habitação a custos controlados e a desenvolver um Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento. Disse que há a necessidade de construir uma nova escola EB 2/3, mas antes está a escola da Luz, a requalificação da parte mais antiga da escola de Odiáxere e equipar as escolas do 1.º Ciclo em termos informáticos. Sobre o Arquivo, disse que o arquivo municipal não está reunido num espaço próprio, mas sim espalhado por vários locais, pelo que há a necessidade de reunir o mesmo num único edifício. Em relação à limpeza urbana disse que todos têm a consciência de que a mesma tem que melhorar significativamente, estando a Câmara a trabalhar nesse sentido.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que os documentos em apreciação são três documentos que detalham projetos de maior dimensão, mas que não detalham pequenas intervenções. Referiu que o Orçamento em apreciação não contempla o saldo de tesouraria que irá passar de 2018 para 2019, sendo que há já a noção que o saldo vai ser grande e isso vai alterar muitas rubricas do Orçamento. Disse que uma obra não é feita, na administração pública, de um dia para o outro e a Câmara não tem só obras a realizar, dado que toda a máquina camarária envolve muitas outras situações e tudo isso tem que ser bem gerido. Referiu que nem todos os Grupos Municipais compareceram nas reuniões realizadas ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, no entanto é importante os Grupos Municipais darem os contributos que bem entenderem.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), tendo como tema de fundo a questão das rotundas, mencionada na sua anterior intervenção, disse que o que está em causa são



os interesses do Município e deveriam prevalecer nos critérios de gestão e de governação. Referiu estar a Câmara Municipal a ratar os bolsos dos munícipes, através dos impostos municipais, sendo da opinião de que há fórmulas para baixar as taxas. Disse que nada está acima do interesse comum e por vezes parece que o mesmo está a ser colocado em causa. Referiu que faltou justificar a não apresentação da Proposta do Grupo LCF à Reunião de Câmara para apreciação e votação. Disse que gostava de saber o significado de uma rúbrica referente a encargos de cobranças de receitas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que quando o Grupo Municipal da CDU receber da Câmara Municipal a proposta e o convite para ser ouvido, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, sobre a proposta da Câmara Municipal para o Plano e Orçamento, o Grupo Municipal da CDU está disponível para tal, no entanto a Câmara Municipal como Órgão, não apresentou nenhuma proposta de Plano e Orçamento para ser trabalhada no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, uma vez que que foi enviada foi elaborada apenas pelos cinco Membros da Câmara Municipal eleitos pelo PS.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) elogiou as iniciativas anunciadas pela Sra. Presidente relativamente às questões da habitação, no entanto faltou saber-se qual o modelo que a Câmara vai adotar para colocar as habitações no mercado de arrendamento.---

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o modelo seguido para elaboração do Orçamento é o correto e não coloca em perigo a saúde financeira do Município.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que os documentos em apreciação, na opinião do Grupo Municipal da CDU, são um cheque em branco e por isso a CDU não pode votar a favor dos mesmos.-----

-----Posto isto foram submetidas à votação, as **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO 2019**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	-	-	15
ABSTENÇÕES	0	2	3	1	2	-	-	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	-	-	0

-----Seguidamente foi submetido à votação, o **ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS PARA O ANO 2019**, com a obtenção dos seguintes resultados:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	-	-	15
ABSTENÇÕES	0	3	2	1	2	-	-	8
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	-	-	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 105/AM/2018:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano que inclui a apresentação dos objetivos estratégicos por eixos de desenvolvimento para o Município de Lagos, o Orçamento para o ano económico de 2019, o Plano Plurianual de Investimentos, as Atividades Mais Relevantes e os anexos conforme o



Fl. 134v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais; o Orçamento Municipal para o ano de 2019 que ascende a 58 667 312,00€ (cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e doze euros); o Mapa de Repartição de Encargos; o Mapa de Pessoal e o Plano de Formação. Tudo isto nos termos do disposto na alínea a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 24 de outubro de 2018.-----

-----Declaração de Voto apresentada pela Sr. Rui Araújo (PSD): “A declaração de voto é a minha primeira intervenção e acrescento, relativamente ao Orçamento que apesar dele estar bem construído, revela ainda alguma incoerência com as Grandes Opções do Plano.”-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal LCF: “Na sequência da convocatória apresentada a este grupo municipal através da Sra. Vereadora Filomena Sena para estarmos presentes na reunião a realizar dia 12 do corrente mês, para apreciação e discussão do documento em referência, a Lei 75/2013, na alínea c) do ponto 1 do art.º 33.º, Artigo 33.º - Competências materiais, determina que: " 1 - Compete à câmara municipal: a) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais; b) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições do município, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação da assembleia municipal; c) Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões; ..." Ora o Movimento de Cidadãos Independentes LCF, é parte integrante do órgão executivo do município, designado vulgarmente por Câmara Municipal, e não tivemos qualquer evidência de que esta Câmara tenha elaborado, apreciado e discutido ou deliberado sobre qualquer proposta de plano e orçamento para 2019 a sujeitar à audição e participação de todas as forças políticas. Neste sentido, não é dado cumprimento integral ao determinado pela lei citada pois, nesse caso, a nossa vereadora, sendo parte integrante do órgão executivo do município, deveria também ter participado integralmente em todo o processo de elaboração do referido documento, para posterior análise e votação em sede de Assembleia Municipal. Consequentemente, não estivemos presentes, mas mantemos toda a abertura para contribuímos para o Plano e Orçamento para 2019, ao abrigo do Estatuto da Oposição, sob condição de ser respeitada a lei que, no nosso entender, não foi integralmente respeitada e, por isso, não foi salvaguardado o preconizado no Estatuto da Oposição. 1 - As Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de iniciarmos o processo de “mudança”, através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global que vivemos, num mundo em constante mutação e onde todos “competem” entre si, inclusive as autarquias; 2 - As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas construtivas aqui



apresentadas aos documentos, não têm cariz redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, conseqüentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade; 3 - De um orçamento, executado, para o Município de Lagos em 2014 de 40 milhões de euros, propõe-se para o ano de 2019 valores próximos aos 60 milhões de euros. Num espaço temporal de 5 anos a Câmara de Lagos subiu o seu orçamento real em quase 50%; Um dos maiores orçamentos a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa; 4 - Por força da arrecadação de impostos nos últimos anos e também de muita contenção e redução nos investimentos públicos Municipais, a autarquia conseguiu controlar os prazos médios de pagamento das dívidas de curto prazo, reduzindo-os apenas a alguns dias, bem como as dívidas de médio e longo prazo; 5 - Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais que, como refere a Sra. Presidente na sua introdução "... encontram desenvolvimento em quatro eixos e doze estratégias operacionais no nosso programa". No entanto, muito ficou por considerar, segundo a nossa opinião, e de novo, a introdução na redação do documento de questões de inovação, de competitividade e na assunção de um futuro Município integrado nas cidades inteligentes; 6 - Bem como ficou por explicar para o ano de 2019, como é que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos, aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é entendível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados; 7 - Consultando as opções estratégicas nas GOP, constata-se que a grande maioria delas não se encontram operacionalmente fundamentadas, de uma forma geral, todo o documento carece de fundamentação mais exaustiva para evitar a utopia do mesmo. Não basta falar de situações que o Município enferma e referi-las avulso no documento; 8 - No objetivo estratégico E01.01 – Este ponto já constante das GOP de 2018, desenvolver programas de habitação a custos controlados - é referido que uma das opções disponíveis seria a disponibilização de terrenos para edificação. No entanto, já anteriormente não foi fundamentado bem como agora não é fundamentado que terreno (s) é que autarquia detém e qual a sua compatibilidade com o PU/PDM para se construir a habitação a custos controlados? Também devia ser esclarecido se será a própria Autarquia a construir diretamente ou serão terceiros a desenvolver a construção das habitações; 9 - No Objetivo 24 e programa 2 (Ordenamento do território) do Plano Plurianual de Investimentos estão inscritos na alínea h) (outros) a quantia de 68.571.843 de euros ao longo dos próximos anos para a gestão dos diferentes Planos de Pormenor do Município. Tratando-se de uma verba tão elevada, deveria ser explicado que serviços se encontram incluídos nestas rubricas. Pensamos que esta matéria deveria estar devidamente clarificada e fundamentada, no documento das Grandes Opções do



Fl. 135v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Plano, atendendo da sua importância estratégica para o Município; 10 - No Orçamento lamentamos que no lado da receita continue a ser contemplada novamente a verba cujo código é o 04029901 “Taxas de Justiça – Água”, inscrita com um montante de 109.290 mil euros, onde é cobrado pela nossa Câmara a todos os que se esquecem de pagar a água no último dia do prazo de pagamento; 11 - Assim, propomos que as execuções fiscais aos cidadãos que não pagam as faturas da água, a partir do dia seguinte ao prazo limite para o pagamento, seja abolida e seja, como à imagem do que acontece noutros municípios, pagos apenas os juros da mora para além do valor inicial da fatura. Pelo menos dentro de um prazo previsto na lei. Para isso, propomos a alteração do Regulamento Municipal correspondente, de forma a acabar de vez com a situação; 12 - Iguamente, ao abrigo da rubrica “Outras” encontram-se registados valores significativos, sendo que alguns têm justificação e outros não, o que se alia, na generalidade, à falta de rigor e transparência na apresentação das despesas.”-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Sr. Artur Rêgo (CDS): “O CDS absteve-se porque congratulando-se, e não poderia votar contra um Orçamento e umas GOP que enunciam princípios que penso que todos subscrevemos, portanto seria difícil votar contra algo que nós também subscrevemos. Não poderíamos votar contra o Orçamento, porque o Orçamento significa e representa e demonstra a recuperação financeira do Município, fruto, também, das circunstâncias externas da economia, do dinamismo do mercado, da recuperação das receitas por parte da Câmara, que esse dinamismo de mercado permitiu, nomeadamente ao nível do IMT, mas fruto também da gestão equilibrada que este Executivo do Partido Socialista tem tido fruto também, possivelmente, e dou esse benefício, das lições que aprendeu, dos erros que cometeram no passado, mas demonstra, essa recuperação financeira, portanto não poderíamos votar contra, mas também, relativamente às GOP e Orçamento, não podíamos votar favoravelmente porque, como aqui dissemos, e somos coerentes nesse aspeto, entendemos que as GOP deveriam ser mais concretas, deveriam enunciar objetivos estratégicos de médio e longo prazo, mas, dado que grande parte desses objetivos já vêm detrás, devia, ter também concretizadas já medidas, timings e volumes de investimento, nalgumas áreas, nomeadamente na parte da recuperação urbana, do património cultural e do investimento no património arquitetónico do Concelho, assim como em equipamentos que também já vem de trás o anúncio da sua concretização. E na parte do Orçamento também não podíamos votar a favor porque no que respeita a espelhar alguns dos enunciados que vêm nas GOP, não reflete exatamente esses enunciados e não bate certo com algumas coisas que são enunciadas nas GOP. Portanto, e em resumo, abstivemo-nos porque, como dissemos, e em resumo, temos que nos congratular pelo que o Orçamento representa de recuperação financeira e de equilíbrio de gestão e pelo que as GOP enunciam como objetivos estratégicos que penso eu, que todos subscreveremos.”-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O documento com as grandes opções do Plano e o Orçamento do Município devem ser dois documentos complementares, em que o Orçamento é o Plano traduzido em



números e verbas. Permitindo assim, uma informação coerente, sobre a gestão dos bens públicos na satisfação das necessidades e anseios da população. A proposta da Câmara Municipal de Lagos para estes documentos para o ano de 2019, não seguiu uma metodologia que pretenda, informar com clareza sobre os objetivos que a Câmara tem e fazer com que a sua leitura seja acessível a qualquer cidadão do município e assim lhe permita saber, com transparência e rigor, o que vai ser feito em 2019. De facto, o Plano apresentado repete apenas uma listagem de intenções, já presentes nas Grandes opções do Plano de 2018, com que genericamente se pode concordar. Com a utilização de verbos que não assumem compromissos com a execução, mas que manifestam apenas uma intenção de num tempo indeterminado, apostar nesta ou naquela área. Logicamente com um documento genérico e vago, dificilmente se encontra a sua correspondência com as rubricas do Orçamento, pelo que se desconhece como e quando a sua execução, e quanto custa cada uma das ações descritas na Proposta de Plano apresentada. Por sua vez, o Orçamento, como obedece a uma organização que é obrigatória por força da legislação, não pode ser a concretização de um Plano que é composto por generalidades. Desta maneira, não é fácil em rigor, formar opinião sobre o que vai ser o ano de 2019, seja na gestão dos bens públicos a cargo da Câmara Municipal de Lagos seja nas ações desta junto de outros organismos, a sustentar esta opinião está o facto de em final de outubro de 2018 o Plano e Orçamento e o PPI estar apenas cumprido em 19%. Reafirmamos, mais uma vez, conforme carta anexa, a nossa disponibilidade em sermos ouvidos ao abrigo do estatuto da oposição, quando a proposta das GOP resultar de uma decisão da Câmara. Pelo que assim se justifica a abstenção da CDU.”. Carta anexa: “À Câmara Municipal de Lagos. Assunto: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019: PPI – Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Atividades mais Relevantes. Senhora Presidente, Temos presente o ofício dessa Câmara Municipal v/n.º 23017, de 08.10.2018, a convidar a CDU para uma reunião de trabalho, a fim de permitir o cabal exercício do Direito de Oposição, cujo conteúdo nos merece a seguinte observação: Estranhámos que mais uma vez sejamos convidados para uma reunião para a qual nos são enviados documentos anexos ao ofício, sobre os quais não incidiu qualquer decisão do órgão Câmara Municipal, como é do conhecimento público através das atas divulgadas. Ora já desde 2014, em situações idênticas, a CDU tem respondido o que se transcreve: “A Lei 75/2013, na alínea c) do ponto 1 do art.º 33.º, Competências materiais, Secção III, Câmara Municipal, determina, citamos “elaborar... as opções do plano e as propostas de orçamento”. A CDU não tem conhecimento de que esta Câmara tenha elaborado, apreciado e discutido ou deliberado sobre qualquer proposta de plano e orçamento para 2018 a sujeitar à audição dos partidos políticos. Portanto, não vemos que faça sentido, e estranhámos este convite para sermos ouvidos sobre uma proposta que não é do órgão autárquico Câmara Municipal. Aliás, esta questão já tinha sido por nós referida, no documento “Contributos da CDU para o Plano e Orçamento para 2014 e anos seguintes”. Assim, mais uma vez fica bem claro que a nossa posição é inteiramente sustentada pela legislação, pelo que é incompreensível a reiterada insistência da Câmara Municipal de Lagos em não a cumprir. Reiteramos a nossa disponibilidade



Fl. 136v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

para contribuir para o Plano e Orçamento para 2018, no cabal exercício do Estatuto da Oposição, pelo que ficamos na expectativa de, logo que sejamos convidados conforme a legislação em vigor determina, conhecer as respetivas propostas do órgão autárquico Câmara Municipal de Lagos. Com os melhores cumprimentos. Lagos, 10 de Outubro de 2018. Pela CDU, (José Manuel Freire).”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, com a exceção das que foram tomadas por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 28 de novembro de 2018, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 7 da Ordem do Dia, eram 0 horas e 6 minutos, da madrugada do dia 28 de novembro, e encerrou a Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....
